



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB-IFPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO 2ª
LÍNGUA PARA SURDOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

NIEDJA PEREIRA BERNARDO

DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ALUNOS SURDOS QUANTO À
APRENDIZAGEM DE L2 NA CIDADE DE BELÉM- PB

JOÃO PESSOA

2020

NIEDJA PEREIRA BERNARDO

**DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ALUNOS SURDOS QUANTO À
APRENDIZAGEM DE L2 NA CIDADE DE BELÉM- PB**

TCC-Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus João Pessoa , Polo Duas Estradas para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª língua para Surdos, sob a orientação do(a) Prof.(a). Dr./Paulo Vinicius Ávila Nóbrega.

JOÃO PESSOA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *Campus João Pessoa*

B523d Bernardo, Niedja Pereira.
Dificuldades enfrentadas por alunos surdos quanto à
aprendizagem de L2 na cidade de Belém-PB / Niedja Pereira
Bernar- do. – 2020.
15 f. : il.
Artigo (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa
como 2ª Língua para Surdos) – Instituto Federal da Paraíba –
IFPB / Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.
Diretoria de Educação a Distância.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Vinícius Ávila Nóbrega
1. Língua portuguesa. 2. Processo de Aprendizagem. 3.
Surdos. I. Título.

CDU 81'246.2:376

NIEDJA PEREIRA BERNARDO

DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ALUNOS SURDOS
QUANTO À APRENDIZAGEM DE L2 NA CIDADE DE BELÉM- PB


Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora, do
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia
da Paraíba (IFPB), para obtenção do título
de Especialista em Ensino de Língua
Portuguesa como 2ª Língua para Surdos.

João Pessoa 10 de Dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo Vinicius Avila Nóbrega
Orientador – IFPB



Profa. Dra. Mabilia Nunes Toscano

Avaliadora – IFAP



Profa. Dra. Raquel Monteiro da Silva Freitas

Avaliadora – SEDEC-JP

DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ALUNOS SURDOS QUANTO À APRENDIZAGEM DE L2 NA CIDADE DE BELÉM- PB

Niedja Pereira Bernardo¹

Paulo Vinicius Ávila Nóbrega²

Resumo

Sendo o processo de inclusão um fato que tem sido cada vez mais observado e valorizado e, tendo o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua (L2), um fator considerado primordial para o desenvolvimento (dos alunos surdos) de qualquer atividade, a presente pesquisa visa analisar o processo de aprendizagem vivenciado por alunos (surdos) da cidade de Belém-PB, as dificuldades, responsabilidades e influências que enfrentam nesse processo. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, realizado através da aplicação de questionário específico. Para atingir ao objetivo proposto, foram selecionados dois professores e um aluno. Os resultados apontam para uma fragilidade, tanto na formação dos professores, quanto do aluno que apresenta resistência no aprendizado, assim como também desconhecimento de Libras (L1), pouco acesso a recursos multifuncionais e, conseqüentemente, déficit de conhecimento.

Palavras chave: Libras; Língua Portuguesa; Belém/PB.

Abstract

Since the inclusion process is a fact that has been increasingly observed and valued and, with the teaching of Portuguese as a second language (L2), a factor considered essential for the development of any activity, this research aims to analyze the process of learning experienced by students in the city of Belém-PB, the difficulties, responsibilities and influences they face in this process. It is a qualitative study carried out through the application of a specific questionnaire. To achieve the proposed objective, two teachers and a student were selected. The results point to a weakness, both in the training of teachers, as well as in the student who presents resistance in learning, as well as ignorance of Libras (L1), little access to multifunctional resources and, consequently, knowledge deficit.

Keywords: Libras; Portuguese language; Belém / PB.

1- INTRODUÇÃO

A pesquisa na área da inclusão e aprendizagem de alunos surdos vem ganhando destaque nos últimos anos, devido à necessidade de discutir, dentre vários aspectos, a disciplina de Libras nos cursos de licenciatura e, conseqüentemente, a influência disso no processo de ensino-aprendizagem oferecido aos surdos.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPB.

² Doutorado em Linguística pelo Programa Pós -Graduação em Linguística (PROLING) da UFPB, com estágio-sanduiche na UNICAMP. Professor do Departamento de Letras da UEPB.

Sabendo que a escola tem o objetivo de promover a educação, a integração social para todos tem um papel fundamental, para reverter situações de exclusão criando alternativas para superá-la. Com isso, garante-se, ao incluso, a valorização da sua diversidade como agente de transformação, além de ajudá-lo a vencer as barreiras de todo e qualquer tipo de preconceito.

O ensino da Língua Portuguesa escrita tem sido uma preocupação constante dos educadores de alunos surdos. Até recentemente, predominou, na educação de surdos, no Brasil, a abordagem oralista, segundo a qual o ensino e a aprendizagem se davam exclusivamente por meio da Língua Portuguesa, na modalidade oral. No ensino da Língua Portuguesa, predominava a concepção de língua como código, ou seja, como um conjunto de regras que os alunos deveriam aprender para entender essa língua e usá-la bem.

Considerando que, diferentemente dos ouvintes, os alunos surdos chegam à escola com, no máximo, fragmentos da Língua Portuguesa, cabia ao professor conduzir os alunos no aprendizado dessa língua. O resultado disso eram (e continua sendo) alunos que não entendiam o que liam, devido à pouca familiaridade com a língua.

Visando contribuir para a discussão sobre o ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos no interior da Paraíba, este trabalho traz experiências e opiniões vividas em instituições de ensino, na tentativa de se apoiar nas discussões sobre a Língua de Sinais como L1 e na Língua Portuguesa escrita, como L2.

Com a intenção de contribuir na formação de conhecimento e melhor desempenho, para a classificação do aluno em questão, quando se trata de leitores da área de Educação, utilizamos também produções escritas de outros autores sobre tema, com o foco comum de explicar os efeitos dessa proposta na aprendizagem. Sendo assim, o objetivo da pesquisa é analisar o processo de aprendizagem vivenciado por alunos da cidade de Belém-PB, as dificuldades, responsabilidades e influências que enfrentam nesse processo.

2- METODOLOGIA

Baseando-se, principalmente, nos estudos de Avelar e Freitas (2016), Barros e Ribeiro (2018) e Silva *et al* (2018), esta pesquisa é bibliográfica, pois é elaborada a partir de material já publicado acerca da temática em questão. Além disso, se caracteriza como pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, que segundo Cervo (2007, p. 61), “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre”. Nossa pesquisa também é documental ,

no que se refere à análise que fizemos, ao final do texto, sobre um plano educacional do município disponível no site da Prefeitura Municipal de Belém que para Flores (apud CALADO; FERREIRA, 2004, p.3), Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação.

Além dessas definições, nossos dados foram coletados através de questionários. De acordo com Rosa e Arnold (2006), é uma das técnicas de coleta de dados consideradas como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida.

Criamos dois questionários, com 09 (nove) perguntas cada, sendo um para o aluno, outro para o professor da sala regular e para o professor do atendimento especializado. No entanto, só conseguimos obter respostas apenas do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Em conversas informais, tentamos algumas vezes a participação do professor da sala regular e do aluno surdo, mas sem sucesso. Tais perguntas possibilitam caracterizar o professor, de acordo com a sua formação para tal função, além das dificuldades ocorridas no processo de ensino-aprendizado do aluno. As questões foram enviadas e respondidas através do *Whatsapp*, no mês de novembro de 2020. A seguir, faremos um curto percurso sobre os primeiros registros sobre a inclusão educacional de surdos no Brasil.

3 BREVE HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO BRASIL

É sabido que a legislação defensora dos deficientes auditivos é de datas recentes, tendo em vista que, durante anos, esses foram desprezados pela sociedade sem qualquer participação educacional, linguística, cultural e social. Silva (1998) alega que o ensino formalizado para surdos em escolas regulares, no nosso país, teve seu início em 1857, através do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, e, durante muitos anos, a educação deles esteve ligada, excepcionalmente, ao INES, acolhendo, assim, surdos do Brasil inteiro, como um internato.

De acordo com Cavalcanti (2007), surgiram algumas iniciativas particulares e religiosas voltadas para a educação de surdos, somente na década de 1930, através do Instituto Santa Terezinha, na cidade de São Paulo. A autora ainda traz a informação de que, somente em 1957, a rede estadual mostra seu interesse na educação de surdos, com a criação

de salas especiais (dentro das escolas regulares). Nesse sentido, os professores recebiam formações que eram diretamente associadas à valorização de oralização, leitura labial e reabilitação da fala.

Levando em consideração a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outra forma de comunicação utilizada pelos surdos, ou seja, a datilologia, Lacerda (1998) defende o Bilinguismo, por ser uma abordagem que propõe um espaço efetivo para que a Libras possa ser inserida no contexto tanto educacional, quanto social. Consequentemente, crianças surdas deveriam adquirir a Libras como primeira língua (L1) e a língua oficial do país, no caso, o Português como segunda língua (L2), preferencialmente na modalidade escrita.

Contudo, mesmo com todas as conquistas e entendimentos relacionados ao aprendizado e à inclusão do aluno surdo na educação regular, ainda vivemos uma realidade meio distante de alcançarmos um patamar estável, com relação à mediação de conhecimento para os alunos surdos. No próximo tópico, falaremos sobre o papel dos agentes escolares (professor e intérprete) na formação do aluno surdo.

4 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE LIBRAS E O PAPEL DO INTÉRPRETE

Embora a legislação vigente se posicione sobre a formação de alunos surdos nas escolas convencionais, o cotidiano em sala de aula ainda é um problema devido às dificuldades na formação do professor. Soares (2004, p. 58) destaca que:

A prática pedagógica, até então exercida pelo professor do ensino regular, precisa ser transformada no sentido de contribuir para a escolaridade obrigatória, verdadeiramente, para todos e para responder a isso deve contemplar a diversidade.

Dessa forma, a Lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais como uma língua usada pela comunidade surda brasileira. Já sobre as dificuldades dos profissionais de ensino, que muitas vezes começam a partir da elaboração do material didático, o decreto da Lei de Libras N° 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que trata da formação de profissionais para atuar na educação das pessoas com surdez, dá esse amparo legal, embora um intérprete de Libras na escola, no turno regular do aluno, ainda seja uma realidade distante.

Segundo Harriston e Nakasato (2015), um texto escrito, por exemplo, para o surdo, é um recurso não construtivo, não acrescenta muito à explicação do professor, tendo-se em

conta que a Língua Brasileira de Sinais, a primeira língua de um surdo, tem uma estrutura textual diferente da Língua Portuguesa, que é a sua segunda língua.

E para isso, ainda existe um longo caminho a ser percorrido, em se tratando da capacitação de professores, para a educação de surdos. De acordo com Saviani (2010), tal formação deveria garantir uma sólida cultura, que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico, que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente.

Embora o intérprete seja de suma importância, em um ambiente escolar da sociedade atual, de acordo com Quadros (2004), esse profissional deve seguir alguns critérios. Deve realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos: confiabilidade, imparcialidade, discrição, distância profissional e fidelidade. Uma vez que a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar o surdo, ou ter opiniões a respeito de algum assunto. O objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito.

Para o professor de Português, a troca de conhecimentos com o intérprete de Libras (embora existam professores que são intérpretes) é de extrema importância, para que se defina como proceder com o aprendizado do aluno surdo em sala de aula, pois é a partir dessa relação que poderão ocorrer os encaminhamentos das atividades e as adaptações linguísticas necessárias, para a aprendizagem do idioma oficial do país, como segunda língua escrita.

Lodi *et. all.* (2014) evidenciam a questão de se levar em conta a forma diferenciada com que o surdo aprende a Língua Portuguesa escrita, uma vez que a Libras é uma língua que não se permite escrita. Segundo os autores, é importante possibilitar aos alunos práticas de leitura e de produção textual em Libras, para que, posteriormente, esse conhecimento seja posto em diálogo com a L2.

No próximo tópico, abordaremos brevemente algumas discussões sobre as experiências de professores de L2 escrita e de alunos surdos no contexto escolar.

5 EXPERIÊNCIA ENTRE PROFESSORES E ALUNOS SURDOS SOBRE L2 NO AMBIENTE ESCOLAR

Buscando mostrar que é possível envolver todos os participantes da turma e tornar a aula mais produtiva e visual para o aluno surdo, Barros e Ribeiro (2018) desenvolveram 04 atividades em sala de aula regular de escola pública, sendo 03 (1 - Reconhecimento de tipo textual; 2 - sentido conotativo e denotativo; 3 - ortografia e datilografia) com alunos surdos e

ouvintes, e 01 (4 - Produção textual) atividade exclusiva para alunos surdos, objetivando ampliar suas habilidades na produção textual, além de sua necessidade de aprender a sequência temporal da narrativa. Vale lembrar que todas as atividades realizadas foram com auxílio de intérprete educacional e de recursos multifuncionais.

Após a aplicação das atividades, Barros e Ribeiro (2018) puderam concluir que:

tanto o aluno surdo como os ouvintes compreenderam que os gêneros textuais podem ser reconhecidos não apenas pelo conteúdo, mas que seu formato também pode trazer marcas importantes para essa identificação (p. 86). Foram beneficiados com o uso de imagens para a explicação desse conteúdo, uma vez que elas ajudam a produzir sentido no texto escrito (p. 88).

Outros pesquisadores que caminham nessa mesma direção são Silva *et al* (2018), os quais fizeram um levantamento, através de um questionário com 10 questões, e um total de 25 participantes concluindo que professores de L2 têm optado por utilizar tecnologias, dentro e fora da sala de aula. Além disso, estão mais dedicados a recursos e ferramentas que vão dos *games* às mídias sociais, de computadores aos óculos de realidade virtual além de tornar as aulas mais dinâmicas, otimizar o tempo e o planejamento. As tecnologias estão, de fato, se tornando fortes aliadas do processo de aprendizagem, auxiliando na construção de conhecimento em L2.

Avelar e Freitas (2016) realizaram uma pesquisa de campo visando elencar dados sobre as dificuldades enfrentadas pelos surdos no estudo da Língua Portuguesa, coletando por meio de entrevistas com um questionário de 7 perguntas, utilizando libras, no qual participaram da entrevista quatro alunos surdos do Ensino Médio, todos do sexo masculino, entre 18 e 25 anos de idade, e a partir daí concluiu-se que:

Os entrevistados Surdos têm grande dificuldade com a Língua Portuguesa, agravada pelos problemas enfrentados na relação com seus professores. A visão dos alunos Surdos raramente é mostrada aos professores, nem suas dificuldades com a L2, pois o contato entre a língua e o aluno é feito pelo intérprete, por meio da Libras. Os intérpretes auxiliam no processo de aprendizagem, mas não são professores. É importante que os alunos Surdos se relacionem bem com os professores em sala de aula. Em geral, os professores não percebem como funciona o processo de aquisição da L2 para seus alunos Surdos (AVELAR; FREITAS, 2016, p. 21).

Tendo em vista todas as discussões elencadas até aqui, partiremos para a análise dos nossos dados, que são baseados em questionários, com vista a analisar as dificuldades que os alunos surdos do município Belém/PB enfrentam.

6 O ESTUDO DA SITUAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM BELÉM/PB

Belém é um município brasileiro do estado da Paraíba. Pertence à Região Geográfica Intermediária de João Pessoa e está inserido na Região Metropolitana de Guarabira. Com população estimada em 17.705 pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, sendo dessas pessoas 232 habitantes classificados como deficientes auditivos. Porém, um único aluno está matriculado em escola regular.

6.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Para a obtenção dos dados desta pesquisa, foi criado um formulário baseado em condições necessárias de educação especial, tanto para o professor (tanto da sala regular, quanto da sala de AEE), quanto para o aluno surdo. No entanto, como já deixamos claro na introdução deste trabalho, apenas o professor do AEE respondeu ao questionário. O professor da sala regular teceu um breve comentário, que não nos possibilita fazer análises consideráveis tomando por base nosso objetivo de analisar as dificuldades do aluno no município. A partir dessas questões, chegaremos a tecer considerações. Dividiremos nossas análises em dois blocos de questões com comentários e procuraremos respeitar a escrita ortográfica do professor:

Primeiro Bloco de Questões para o professor do AEE

1-Você tem curso de Libras?

- *Sim*

2-Quando você fez? E quais os módulos?

- *Fiz há um ano na FUNAD o Curso de Libras em contexto.*

3-Como são realizadas as atividades na sala de AEE?

- *O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atua como uma ferramenta que auxilia na formação dos alunos com deficiência utilizando de recursos importantes para que estes alunos tenham acesso ao aprendizado de forma inclusiva e direcionada às suas deficiências e habilidades. Quanto ao aluno com deficiência auditiva, o objetivo é promover o uso e o*

³ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/belem.html>

aprimoramento do seu conhecimento em Libras, o aprendizado da língua portuguesa, como também produzir materiais traduzidos do português para Libras e Libras para o português

4- Você tem alcançado o objetivo das aulas ministradas para o aluno surdo?

- Sim. A aluna apresenta bons resultados nas atividades propostas no AEE

5- A escola tem algum projeto voltado para o aluno surdo?

- Sim. A escola oferece Curso de Libras para alunos e funcionários que tenham interesse

Podemos concluir que o professor do AEE está apto para desempenhar sua função, uma vez que possui formação em Libras e ciente que deve utilizá-la como a primeira língua do aluno surdo. Além disso, deve usá-la para o desenvolvimento de outras atividades.

A escola se mostra interessada em se aprimorar no processo de inclusão, uma vez que, além da sala especial, ainda disponibiliza curso de Libras, embora não fique claro se o curso acontece na própria escola, ou se a mesma disponibiliza intérprete.

Corroborando com Moura (2000), que enfatiza a importância de o professor também conhecer a Libras, a fim de que a responsabilidade pela comunicação e pelo ensino dos alunos surdos não recaia somente sobre o intérprete.

Segundo Bloco de Questões para o Professor do AEE

6- A aluna surda é participativa?

- Não tem uma participação ativa e frequente, acredito que por ser muito tímida e também pelas dificuldades da sua deficiência a aluna não interage com facilidade. Quanto a compreensão dos assuntos, a mesma não domina Libras e por isso dificulta o entendimento dos assuntos

7- Ela compreende os assuntos propostos?

- Assim como o Ensino Remoto tem sido difícil para todos, cada um na sua realidade e dificuldades, para os alunos com deficiência ainda mais, pois o ensino à distância e a falta dos recursos que são utilizados na sala multifuncional dificulta ainda mais para que eles consigam compreender os conteúdos e fazer as atividades, principalmente para os que moram na zona rural, como a nossa aluna com deficiência auditiva

8- Como tem sido o atendimento do AEE nas aulas remotas?

- Sim. A aluna é sempre muito cuidadosa com as suas atividades e devolve todas

9- A aluna surda tem cumprido com as atividades de forma remota? Está fazendo a devolutiva das atividades?

- As aulas remotas tem sido adaptadas à realidade de cada aluno. Como a aluna surda mora na zona rural, não tem condições de ter um bom sinal de internet e a sua família possuem apenas um celular para o uso de todos, então as atividades estão sendo só impressas.

O fato de o aluno não dominar a L1 é limitante para a compreensão de outras disciplinas e de outros conteúdos. Isso corrobora com a afirmação de Salles *et al.*, (2004), ao se posicionarem sobre, além do fato de estarem aprendendo uma nova língua, os aprendizes surdos não irão aprender o Português por meio de interações espontâneas, mas sim, na aprendizagem formal na escola.

Tendo em vista que as aulas estão acontecendo de forma remota, a falta de condições agrava ainda mais o processo de ensino devido à falta de interação professor-aluno e de material da sala multifuncional, embora o aluno ainda esteja realizando as atividades da forma que lhe é conveniente.

O professor da sala regular foi bem sucinto com relação ao assunto respondendo apenas que:

Ele (o aluno) antes da pandemia assistia aula na sala regular. Com a pandemia os professores do AEE ficaram responsáveis com esses alunos. Ele era novata na minha sala este ano, fiquei com ela apenas um mês.

A princípio, nossa intenção seria aplicar o questionário para os professores (da sala regular e da sala AEE) e para o aluno da escola (anexo I), porém, devido à situação atual do país e às aulas estarem acontecendo de forma remota, o aluno não teve acesso fácil à internet, não apresentando êxito na resposta às questões, uma vez que o questionário foi realizado via *Whatsapp*. O aluno reside na zona rural, não tem fácil acesso à internet, além de não dominar a L1 e, conseqüentemente, também não domina a L2.

Em conversa com o profissional da sala regular, foi informado que o aluno é acompanhado pela Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD), em João Pessoa, porém, a família não demonstra interesse que a criança aprenda Libras, não contribui para que seja atendido de forma correta em seu acompanhamento, dificultando, dessa forma, seu processo de aprendizagem. Nesse caso, podemos destacar que, os desafios do aluno iniciam-se no meio familiar pela falha no acompanhamento, até mesmo por não aceitarem a deficiência do mesmo, ou por não terem conhecimento sobre as

possibilidades de atendimento a esse aluno. Tomamos essa hipótese, a partir do contexto do histórico familiar e educacional do estudante.

No que diz respeito à escola, podemos destacar que não existe inclusão de fato, pois o aluno não dispõe de intérprete em sala de aula. De acordo com o profissional da sala regular, em conversa informal, esse aluno sentava nas cadeiras da frente da turma, o profissional da Educação ministrava suas aulas olhando sempre para o aluno, que reproduzia em seu caderno o que havia na lousa.

5.2 ANÁLISE DOCUMENTAL DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME)

A análise da educação escolar das pessoas surdas, no município de Belém/PB, **leva-nos** a refletir, não só sobre as questões que se referem aos seus limites e possibilidades, como também sobre os diversos obstáculos existentes nesse processo.

As escolas se dizem preparadas para receber alunos surdos, **fundamentam-se** em políticas públicas municipais, como, por exemplo, no Plano Municipal de Educação (PME) de Belém, porém, percebe-se que essas estratégias ficam apenas no papel, tendo em vista que o aluno investigado está estudando o 7º ano e não domina a L1 nem a L2. Vejamos alguns recortes do documento:

Meta 1 PME

1.12): priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica e garantir aos alunos um profissional especializado para acompanhá-lo na sala regular, quando necessário (pág.57).

Meta 4 (PME): universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (pág. 63).

4.7): garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas da rede municipal, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das

Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos (pág. 64).

Assim, podemos observar que, mesmo existindo políticas públicas voltadas para o aluno surdo em Belém/PB, a realidade desse público ainda está distante de ter bons resultados na aprendizagem, visto que o aluno mencionado no estudo de caso, cursa o 7º ano do Ensino Fundamental e não domina a L1 nem a L2. Contudo, concluímos que, não basta a existência dessas leis, elas devem ser efetivadas de fato no cotidiano escolar.

Além disso, tem-se a necessidade de mais reflexões sobre quais são as formas mais adequadas de promover um ensino de qualidade aos alunos surdos. É indispensável que essa discussão traga uma visão mais crítica sobre os processos metodológicos e os recursos didáticos utilizados em sala de aula evidenciando, não apenas os procedimentos adotados, mas, também uma análise das vantagens e desvantagens que existem em cada uma. Desse modo, se faz necessária uma modificação no sistema educacional, pois os professores precisam estar qualificados e as escolas preparadas para atender às necessidades dos alunos.

Assim, podemos concluir que a acessibilidade para alunos surdos ainda é um grande desafio. Apesar da existência das leis que obrigam a inclusão de alunos surdos em instituições de ensino, percebe-se que a Educação Bilíngue ainda é um processo que deve ser melhorado, na formação docente e por toda a comunidade escolar.

Sendo assim, o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, por meio da escrita e da compreensão na leitura de textos, precisa ser mais valorizado concluindo que esses alunos poderiam desenvolver melhor textos escritos em Português, se existissem mais professores que se comunicassem em Libras fluentemente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o contexto histórico, a legislação e as experiências citadas, conclui-se que muito já se progrediu com relação ao aprendizado do aluno surdo, até pelo fato de hoje esse aluno estar inserido na sociedade e poder frequentar escolas convencionais. Porém, apesar de todo processo de evolução da inclusão vivido até hoje, ainda estamos longe de alcançar um desenvolvimento totalmente satisfatório para os alunos surdos, em se tratando do aprendizado em L2.

Uma vez que a formação dos professores ainda é carente, se faz necessária a presença de um intérprete em sala. Mesmo que esse profissional siga todos os critérios exigidos pela

sua profissão, o sistema de ensino também não oferece um suporte adequado, tendo em vista que não basta somente saber se comunicar em Libras. É fundamental o uso de uma metodologia específica, tanto para o ensino da L1, quanto para o ensino da L2.

De acordo com o objetivo proposto e com as respostas do questionário, podemos observar que, em Belém/PB, mesmo com todo esforço dos professores e da sala especial, o aluno tem atenção no processo inclusivo, devido à sala de AEE, porém ainda se tem muito a aprender e evoluir, tendo em vista que o aluno não domina a L1, o que dificulta ainda mais o aprendizado de L2. Fica o alerta de que, com o número bem expressivo de deficientes auditivos, e devido à baixa quantidade dos que estão inseridos nas escolas, se faz necessário maior investimento no quesito Educação, assim como também na formação de profissionais e material multidisciplinar nas escolas.

REFERÊNCIAS

AVELAR; T. F., FREITAS; K. P. S. A importância do português como segunda língua na formação do aluno surdo. **Revista Sinalizar**, v.1, n.1, p. 12-24, jan./jun. 2016.

BARROS, A. L. E. C, RIBEIRO, J. P. F. Práticas colaborativas desenvolvidas pelo professor de língua portuguesa e o intérprete educacional. **Pensares em Revista**, São Gonçalo-RJ, n. 12, p. 76 - 93, 2018.

BELÉM/PB. Plano Municipal de Educação. Secretaria Municipal de Educação. 2015 1 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

CAVALCANTI, M. C. (Org.). **Linguística aplicada: suas faces e interfaces**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

CERVO, A. L. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CALADO, S.dos S; Ferreira, S.C dos R. Análise de documentos: método de recolha e análise de dados.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/belem/pesquisa/11/0>. Acesso em 10/11/2020 as 20:02minutos.

HARRISTON, K. M. P.; NAKASATO, R. Q. Educação universitária: reflexão de inclusão possível. In: LODI, A. C. B.; HARRISTON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. (Org.). **Leitura e escrita no contexto da diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 65-82.

LACERDA, C. B. F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos**. Cad CEDES, 1998.

LODI, A. C. B. BORTOLOTTI, E. C. CAVALMORETI, M. J. Z. Letramentos de surdos: práticas sociais de linguagem entre duas línguas/culturas. **Bakhtiniana**, São Paulo, 9 (2): 131-149, Ago/Dez 2014.

MOURA, M. C. de. **O Surdo**: caminho para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinte, 2000.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SILVA; A. L., MARIANO; L. S., FINARDI; K. R. As novas tecnologias no ensino-aprendizado de L2: refletindo a partir de olhares de professores. **Língua Tec**, Bento Gonçalves, v. 3, n.6, p. 71-87 nov. 2018.

ROSA, M. V. de F. P. do C; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

SALLES, H. M. M. L. et al. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SILVA, I. R. **O uso de algumas categorias gramaticais na construção de narrativas pelo sujeito surdo**. (Dissertação de Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudo da Linguagem, 1998.

SAVIANI, D. Formação de professores. In: **Interlocuções Pedagógicas**: Entrevista. Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010.

SOARES, M. A. L. O Aluno Surdo no Ensino Regular e a Escolaridade Obrigatória. **Revista de Educação**. Campinas, PUC, jun. 2004.

ANEXO

1- QUESTÕES PARA O ALUNO

A seguir, segue o modelo de questionário que produzimos, com vista a conhecer mais as especificidades do aluno surdo matriculado em uma escola do município. No entanto, não conseguimos obter respostas:

Questionário para o aluno:

- 1 - Você domina Libras?
- 2 - Você tem facilidade ou dificuldade de aprender Português?
- 3 - Tem intérprete na sala de aula?
- 4 - Você interage melhor com o intérprete, ou com o professor?
- 5 - Quando você não entende bem o assunto, procura apoio em aula de reforço?
- 6 - Cite suas maiores dificuldades em sala de aula.
- 7 - Você se sente preparado pra ler e escrever em Português nas provas?
- 8 - Você está participando das aulas remotas?
- 9 - Tem feito a devolutiva das atividades?

